



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA/TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2025

1 - SETOR SOLICITANTE

Secretaria de Administração

2 – MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O objeto deste Projeto básico, tem amparo legal disposto no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores e Decreto Municipal nº 44/2023. Em razão de todo o exposto a seguir, solicito autorização para Inexigibilidade de licitação, uma vez que o artista indicado é o único que atende, de forma plena e satisfatória, às especificidades artísticas e técnicas almejadas pela Administração.

3 – OBJETO: APRESENTAÇÃO NOS DIAS 09,10,11 DE JANEIRO DE 2026 DO DJ DANIEL TOMEN PARA APRESENTAÇÃO DE 1H45MIN POR DIA NA FESTA DO 33º ANIVERSARIO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL.

4 - DETALHAMENTO DO OBJETO/CONDIÇÕES/REQUISITOS:

Lote: 1 - Lote 001					
Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	APRESENTAÇÃO ARTISTICA DO DJ DANIEL TOMEN NOS DIAS 09,10,11 DE JANEIRO DE 2026	1	UND	7.500,00	7.500,00
TOTAL					7.500,00

CLÁUSULA 4.1 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, obriga-se a:

- Comparecer e realizar a apresentação artística no dia 09,10 e 11 de janeiro de 2026, em local e horário definidos pelo CONTRATANTE, com duração mínima de 1: 40 horas, sem atrasos injustificados, respeitando o repertório previamente acordado com a organização do evento;
- Disponibilizar toda a formação técnica e artística necessária à execução da apresentação.
- Cumprir rigorosamente o horário estabelecido para passagem de som (soundcheck) e início da apresentação, mantendo postura profissional e condizente com o caráter público e festivo do evento;



- d) Responsabilizar-se pelo transporte de seus integrantes e equipamentos até o local do evento, bem como por qualquer despesa de deslocamento, hospedagem e alimentação, já incluídas no valor contratual;
- e) Garantir que sua atuação não contenha manifestações de cunho político, partidário, discriminatório, ofensivo, sexualmente explícito ou que contrarie os princípios da moralidade administrativa e do interesse público;
- f) Cumprir todas as disposições do contrato e zelar pela imagem institucional do Município de Laranjal, mantendo conduta ética e profissional antes, durante e após a apresentação.

CLÁUSULA 4.2 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, Município de Laranjal, obriga-se a:

- a) Disponibilizar o palco, som, iluminação, energia elétrica e demais estruturas técnicas necessárias à execução da apresentação, em perfeitas condições de funcionamento, conforme rider técnico fornecido pela CONTRATADA;
- b) Garantir espaço de camarim adequado, higienizado e reservado, equipado com água, refrigerantes e sucos durante todo o evento, conforme solicitação prévia;
- c) Assegurar condições de segurança e integridade física aos artistas, músicos, técnicos e equipe da CONTRATADA, por meio de equipe de segurança contratada para o evento, antes, durante e após a apresentação;
- d) Obter, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias para a realização do evento, bem como efetuar o recolhimento de quaisquer taxas ou tributos que se fizerem devidos;
- e) Efetuar o pagamento do valor acordado, nas condições e prazos definidos no contrato;
- f) Manter à disposição da CONTRATADA um representante responsável pela coordenação do evento, para auxiliar na logística de montagem, som, luz e demais necessidades técnicas durante a apresentação.

5- JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objetivo a realização de shows artístico musical nos dias 09,10 e 11 de janeiro de 2026, durante as festividades alusivas ao 33º Aniversário do Município de Laranjal – PR, evento tradicional que integra o calendário cultural do Município e visa promover o lazer, a cultura e a integração social da população local e visitantes.

A celebração do aniversário do Município é reconhecida como um momento de valorização da história e da identidade cultural de Laranjal, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da imagem positiva da administração pública perante a comunidade. A realização do evento estimula, ainda, a economia local, com o incremento do comércio, gastronomia e turismo, gerando oportunidades de renda e divulgação do Município em âmbito regional.

Considerando a necessidade de garantir uma programação artística de qualidade, condizente com a importância da data e com a expectativa da população, torna-se imprescindível a contratação de banda reconhecida no meio musical regional, com



Laranjal
UMA NOVA HISTÓRIA
GESTÃO 2025/2028



CNPJ: 95.684.536/0001-80

Rua Pernambuco nº 501, Centro, CEP 85275-000 E-mail:licitacaolaranjal@hotmail.com

estrutura profissional, repertório variado e experiência comprovada em eventos públicos de grande porte.

6 – VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRAZO PARA ENTREGA

A Vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

7- PAGAMENTO: os pagamentos referentes à presente contratação serão realizados pela Tesouraria do Município de Laranjal, diretamente na conta bancária da CONTRATADA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento. Fica ajustado que o pagamento ocorrerá em duas parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) a título de sinal, no ato da assinatura do contrato, para confirmação da data e reserva do show, e os 50% (cinquenta por cento) restantes até 15 (quinze) dias antes da realização do evento, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal emitida pela CONTRATADA.

Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano. Além disso, a CONTRATADA poderá, a seu critério, interromper o fornecimento do bem ou a prestação do serviço até que a situação seja devidamente regularizada, sem que tal interrupção configure descumprimento contratual.

8. HABILITAÇÃO

Deverá o Fornecedor apresentar os seguintes documentos mínimos:

a) registro comercial no caso de firma individual;

a.1) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

a.2) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

a.3) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Documentos de Identificação dos Sócios ou Representantes Legais.

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do



Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

- e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
 - f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
 - g) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
 - h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;
- Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

09 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme parecer emitido pelo setor de contabilidade:

Conta despesa	Natureza despesa	Funcional	Fonte	G.Fonte
00720	3.3.90.39.23.00-FESTIVIDADES E HOMENAGENS	03.004.04.122.0401.2015	00504	E
05150	3.3.90.39.23.00-FESTIVIDADES E HOMENAGENS	15.002.13.392.1301.2081	00000	E

10 – PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Laranjal, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;



f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11 - VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O DJ possui estrutura técnica própria e equipe de apoio, oferecendo um show completo, com duração de 1:40 horas por dia repertório eclético abrangendo diversos estilos musicais, voltado ao público familiar e compatível com o perfil do evento comemorativo.

A escolha do DJ justifica-se, ainda, pela disponibilidade de agenda para a data do evento nos dias 09,10 e 11 de janeiro de 2026 pela compatibilidade de valores com o mercado regional, pela qualidade artística comprovada e pela boa reputação junto a outros municípios contratantes, fatores que asseguram a execução satisfatória do objeto e a plena consecução dos objetivos culturais do evento.

O Valor Estimado para a contratação é de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos Reais).

12- DA COTAÇÃO DE PREÇOS

Por se tratar de contratação por inexigibilidade de licitação, em razão da singularidade do objeto artístico e da inviabilidade de competição, não foram realizadas cotações de preços formais junto a diversos fornecedores. Para fins de comprovação da razoabilidade do valor contratado, foram anexadas notas fiscais e comprovantes de apresentações anteriores da banda, demonstrando o preço praticado no mercado regional para shows de características semelhantes.

13 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato será feita pelo fiscal de contratos conforme portaria nº 46/2025.

LARANJAL-PR, 17 de novembro de 2025.

Flaviane dos Santos

Secretária Municipal de Administração